MEMÓRIA DA 21ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO – CTPA – GESTÃO 2015-2017		
DATA: 30/08/2016	**HORÁRIO:** 09h00	**LOCAL:** FABHAT

LISTA DE PRESENÇA - CTPA	
Entidade	**Nome**
SMA	Laura Stela Naliato Perez
SSRH	Amauri Pollachi
DAEE	Josué Marcos Barranco
CIESP	Bruno Cordeiro Leonel
CONVIDADOS	
Secretaria Executiva do CBH-AT	Ana Sedlacek
Prefeitura de Guarulhos	Sergio Braga
FABHAT	Francisco José de Toledo Piza

Ausências justificadas: Sergio Luiz Damiati – Secretaria da Educação e Roberto Xavier de Oliveira – Cetesb.

ASSUNTOS TRATADOS:

1. Abertura e aprovação da memória da reunião anterior

Com início às 09h40, Amauri Pollachi abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e comunicou a pauta. Submeteu a minuta de memória da última reunião da qual a mesma foi aprovada sem observações.

2. Discussão sobre os SubPDC´s prioritários para subsídio às discussões das demais câmaras técnicas.

Amauri iniciou informando que a consultoria Fundação Vanzolini está estudando todos os processos do FEHIDRO e um dos assuntos que é a questão dos prazos para recebimentos dos projetos. Comentou que este prazo deverá ser mais flexível, isto é, aberto em duas etapas, uma em março e outra em setembro. Dessa forma, os Tomadores terão maior tempo para elaboração dos projetos e consequentemente o CBH-AT indicará empreendimentos melhores estruturados.

Josué comentou, que os tomadores têm o costume de, num primeiro momento, entregar os projetos de forma incompleta, apenas para protocolizar e posteriormente, com ajuda da CT-GI e Secretaria Executiva, vão adequando até que os mesmos estejam aptos para serem indicados.

Amauri mostrou e submeteu à apreciação da CT-PA uma tabela dos PDC's e SubPDC´s, contendo uma proposta elaborada pelo Diretor da FABHAT, Francisco Piza, para aqueles que, em seu entendimento, deveriam ser prioritários para a Bacia.

Piza explanou sobre o que considerou prioritário, exemplificando o PDC 1, que se refere a coleta de dados, elaboração de mapas, SGI e demais itens pertinentes para composição de base de dados, são de suma importância para estruturação da FABHAT. Piza esclareceu que a Emplasa não dispõe de recursos para levantamento de todos os dados necessários.

Amauri observou, em relação ao PDC "Disponibilidade Hídrica", que as áreas prioritárias deverão obrigatoriamente ser de mananciais. Enfatizou que os empreendimentos relacionados a urbanização de assentamentos precários de interesse social, especialmente aqueles situados em áreas de mananciais, contém diversas atividades de obras e serviços, sendo que os sistemas de saneamento (água, esgotos, drenagem) constituem-se em parcela de menor vulto dentro de empreendimentos desse tipo. Além disso, é fundamental que a execução de intervenções de saneamento, nesses casos, seja efetuada de forma integrada com a implantação de sistema viário, contenção de riscos, remoções de moradias, etc, portanto, essa tipologia de empreendimento, além de não estar prevista dentro dos SubPDCs, é de caráter mais complexo e abrangente e que não comporta seu financiamento com recursos FEHIDRO. Laura concordou e complementou dizendo que projetos dessa abrangência não são custados pelo Fehidro. Sergio Braga comentou que uma possível linha de atuação do Comitê, seria a disponibilização de apoio técnico às Prefeituras para o atendimento dos requisitos, documentais e técnicos, com vistas à obtenção de financiamentos para a realização de intervenções deste tipo.

Com relação a outro PDC, que trata sobre "Controle de Perdas", Laura também comentou que as ações físicas são de difícil financiamento pelo Fehidro. Amauri complementou a informação dizendo que a Sabesp e grande parte dos municípios já possuem programas de controle de perdas. Laura informou que o Fehidro financia a "elaboração" de um plano para controle/redução de perdas.
Piza defendeu essa priorização, pois entende que os empreendimentos deverão contar com auditoria externa e que o Fehidro somente financiaria projetos com resultados oriundos do sistema dessa auditoria.
Sergio Braga argumentou que, coerente com as propostas do GT-GD, entende que cabe ao Comitê ações no sentido de aperfeiçoar os indicadores de perdas e a metodologia para o seu cálculo, a criação de uma sistemática de auditoria do valor dos indicadores calculados pelos operadores (o que foi proposto, também no Workshop internacional de perdas realizado pela SABESP, no Anhembi) e o acompanhamento da evolução dos indicadores de perdas dos diversos operadores da Bacia do Alto Tietê. Amauri solicitou que Sergio Braga envie uma proposta de escopo de trabalho relativo a perdas, com base nas propostas do GT-GD.

Deverão ser exigidas ações de educação ambiental associadas a todos os empreendimentos de obras e serviços a serem financiados pelo CBH-AT. A CT Educação Ambiental elaborará um roteiro a ser aplicado e exigido para todos esses empreendimentos

Após as discussões sobre os demais SubPDCs, e considerando que ainda não há Plano de Bacia revisado e atualizado, a Câmara Técnica identificou os SubPDC's que considera, em primeiro momento, como sendo os de maior prioridade para a Bacia do Alto Tietê, mostrados na tabela a seguir.

Foi observado que essa relação deverá ser submetida à apreciação das demais CT's e deverá ser objeto de validação durante as suas respectivas reuniões agendadas para setembro/16. Posteriormente, a CT-PA consolidará todas as observações e recomendações para a proposição de deliberação ao Plenário.

subPDC	Abrangência do PDC	Exemplos de empreendimentos
1.1 Bases de dados e sistemas de informações em recursos hídricos	Desenvolvimento, aprimoramento, modernização, implantação, integração, operação e divulgação de bases de dados, sistemas de informações ou de suporte à decisão, para apoio ao planejamento e gestão dos recursos hídricos.	Implantação do SGI. Conclusão da restituição cartográfica EMPLASA.
1.2 Apoio ao planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração e disponibilização de estudos, levantamentos ou diagnósticos cujo produto subsidie o planejamento e a gestão de recursos hídricos.	Elaboração de estudos para a Várzea do Cotia. Elaboração de estudos identificados como prioritários no PDPA em desenvolvimento.
1.4 Redes de monitoramento	Planejamento, implantação, operação, manutenção, modernização ou ampliação das redes de qualidade e quantidade das águas, assim como o monitoramento dos usos outorgados e a disponibilização de dados e informações.	Elaboração de estudos de monitoramento da Bacia do Rio Juquery. Aperfeiçoamento do monitoramento quali/quantitativo;
3.1 Sistema de esgotamento sanitário	Projetos e obras de sistemas de esgotamento sanitário, em áreas urbanas ou rurais, bem como de tratamento de resíduos sólidos e líquidos provenientes de ETE ou de ETA.	Elaboração de projetos e implantação de obras de sistemas de esgotos em áreas de mananciais, com resultados mensuráveis
4.1 Proteção e conservação de mananciais	Projetos, obras e ações de proteção dos corpos d'água com vistas ao aproveitamento da água para usos múltiplos; e operacionalização dos instrumentos da legislação de proteção e recuperação de mananciais.	Elaboração e implantação de projetos de restauração ecológica.
7.2 Ações estruturais para mitigação de inundações e alagamentos	Projetos, serviços e obras hidráulicas para contenção de inundações ou alagamentos ou para regularização de descargas.	